

A. I. Nº - 151301.0001/07-6
AUTUADO - ROBERTO ALMEIDA DOS SANTOS.
AUTUANTE - DAVI BORGES AZEVEDO
ORIGEM - INFAZ CRUZ DAS ALMAS
INTERNET - 03. 08. 2007

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0231-01/07

EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. a) MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Uma das notas estava escriturada. Infração subsistente com redução do valor reclamado. **b) MERCADORIA NÃO SUJEITA A TRIBUTAÇÃO.** Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 1% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Infração caracterizada. **2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.** Em relação às mercadorias objeto desta autuação, não há convênio que preveja a retenção do imposto pelo remetente. O art. 125, inciso II, “b” manda que se cobre o tributo por antecipação sob a responsabilidade do adquirente. Mercadoria não enquadrada no referido regime. Infração insubsistente. **3. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a) FALTA DE ESTORNO DE CRÉDITO RELATIVO A ENTRADA DE MERCADORIAS CUJAS SAÍDAS SUBSEQUENTES OCORRERAM COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO.** Reconhecida pelo autuado. Infração subsistente. **b) DESTAQUE DO IMPOSTO A MAIS.** Reconhecida pelo autuado. Infração subsistente. **c) LANÇAMENTO EM DUPLICIDADE DE DOCUMENTO FISCAL.** Reconhecida pelo autuado. Infração subsistente. Auto de Infração **PARCIALMENTE PROCEDENTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 11/04/2007, imputa ao autuado as seguintes infrações:

- 1 – deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, reclamando multa no valor de R\$ 733,63, relativa aos meses de janeiro, junho e dezembro de 2004, novembro de 2005;
- 2 – deu entrada no estabelecimento de mercadorias não sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, reclamando multa no valor de R\$ 26,47, relativa aos meses de janeiro de 2004, janeiro, julho e agosto de 2005;

3 –deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade e sujeito passivo por substituição tributária, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas no anexo 88, no valor de R\$ 464,64, no mês de dezembro de 2005;

4 – deixou de efetuar o estorno de crédito fiscal do ICMS no valor de R\$ 27,40, relativo às entradas de mercadorias, cujas saídas subseqüentes ocorreram com redução de base de cálculo, no valor correspondente a parte proporcional da redução, concernente ao mês de janeiro de 2005;

5 – utilizou indevidamente crédito fiscal do ICMS no valor de R\$ 7,21, em decorrência de destaque de imposto a mais nos documentos fiscais, relativo ao mês de março e novembro de 2005;

6 – utilizou indevidamente crédito fiscal do ICMS no valor de R\$ 9,58, em decorrência de lançamento de documento fiscal em duplicidade, relativo ao mês de abril de 2004.

O autuado em sua defesa às fls. 37 a 40 dos autos, quanto a primeira e segunda infrações, apresenta demonstrativos para provar que em relação à infração 01, a nota fiscal nº 230403 de 18/06/2004 no valor de R\$ 2.180,00, foi devidamente escriturada, conforme documentos que anexa.

Assevera que o autuante utilizou o prazo de 90 dias para rastrear seus arquivos, livros e notas, sendo este prazo incompatível com o prazo para a sua defesa, e que não houve entradas de mercadorias dessas notas fiscais.

Assegura que não efetuou as compras das mercadorias constantes das notas fiscais relativas às infrações 01 e 02. Afirma que em Cruz das Almas-Ba, houve vários relatos de comerciantes adquirindo mercadorias em nome de outros comerciantes, e que só haveria ilícito se fosse flagrado no momento da entrada das mercadorias em seu estabelecimento sem os documentos fiscais e os respectivos lançamentos em sua escrita.

Entende, em relação à infração 03, que a mercadoria consignada na nota fiscal (Sucos e leite de côco) não se encontrava mais enquadrada no regime de substituição tributária à data da emissão da nota fiscal.

Requer, por fim, que seja desconsiderada parte da autuação, seja realizada revisão e emissão do DAE de quitação referente às infrações 04, 05 e 06, além da desconsideração da aplicação das penalidades ora elencadas pelo autuante, referentes às infrações 01, 02 e 03.

O autuante à fl. 46 dos autos, em relação à infração 01, acata a arguição da defesa, afirmando que esteve na empresa e constatou que a Nota Fiscal nº 230403 de 18/06/2005 encontra-se efetivamente lançada no livro de entradas de mercadorias do autuado, passando o total originalmente reclamado de R\$ 733,63 para R\$ 515,63.

Não acatou os argumentos em relação à infração 02, uma vez que o autuado não apresentou nenhum documento comprobatório.

Acata a argumentação do autuado quanto à infração 03, tendo em vista que efetivamente o produto constante na nota fiscal nº 188857 de 30/11/2005, foi excluído da substituição tributária a partir de 01/10/2005, não constando mais do inciso II do art. 353 do RICMS/97.

A informação fiscal foi dada ciência ao autuado, às fls. 47 e 49, sem que o mesmo se manifestasse.

Consta à fl. 51, documento do SIGAT, relativo a pagamento parcial de débito.

VOTO

Na análise das peças que compõem o processo, constato, inicialmente, que apesar do impugnante se insurgir contra a desproporcionalidade dos prazos concedidos ao autuante para efetuar os levantamentos e o prazo que teve para formular sua defesa, fica consignado que em conformidade do o art. 123 do RPAF/BA, foi assegurado ao sujeito passivo tributário o direito de fazer a impugnação do lançamento, medida ou exigência fiscal na esfera administrativa, aduzida por escrito e acompanhada das provas que tiver, inclusive documentos, levantamentos e demonstrativos referentes às suas alegações, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da intimação.

Rejeito o pedido de revisão, amparado no fato de que consta nos autos todos os elementos necessários e suficientes à convicção desse julgador pra proferir o seu voto, conforme prevê o art. 147, inciso I, “a” do RPAF/BA.

O autuado reconhece as infrações 04, 05 e 06, a ele imputadas, inclusive os respectivos valores, pedido que seja realizada a emissão do DAE de quitação referente às mesmas.

Em relação à infração 01, fica acatada a arguição da defesa em relação à Nota Fiscal nº 230403 de 18/06/2004, em consonância com o autuante, pois, apesar de não constar cópia do livro de entrada nos autos, o mesmo confirma que esteve na empresa e constatou o efetivo lançamento no livro de entradas de mercadorias do autuado, passando o total da multa originalmente reclamada de R\$ 733,63 para R\$ 515,63.

Argüi o impugnante, em relação às infrações 01 e 02, que não efetuou as compras das mercadorias constantes das notas fiscais relacionadas e apresentadas pelo autuante. Afirma que em Cruz das Almas-Ba, houve vários relatos de comerciantes que adquiriram mercadorias em nome de outros comerciantes, e só haveria ilícito se fosse flagrado no momento da entrada das mercadorias em seu estabelecimento sem os documentos fiscais e os respectivos lançamentos em sua escrita.

As alegações trazidas pelo autuado são destituídas de provas. Considerando que, a teor do art. 143 do RPAF/99, a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação, entendo que a infração é subsistente.

Coube, entretanto, melhor sorte ao impugnante em relação à infração 03, uma vez que efetivamente o produto constante na nota fiscal nº 188857 de 30/11/2005 (suco, leite de coco), foi excluído do regime de substituição tributaria a partir de 01/10/2005, não constando mais do item 7, inciso II do art. 353 do RICMS/BA, uma vez que foi revogado pela Alteração nº 66 (Decreto nº 9547, de 20/09/05, DOE de 21/09/05), efeitos a partir de 01/10/05.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, reclamando, entre multa por descumprimento de obrigação acessória e o imposto, o valor de R\$ 586,29, correspondente a infração 01 multa de R\$ 515,63, infração 02, multa de R\$ 26,47, infração 03 foi considerada improcedente, infração 04, ICMS no valor de R\$ 27,40, infração 05, ICMS no valor de R\$ 7,21 e infração 06, ICMS no valor de R\$ 9,58, devendo ser homologado o quanto efetivamente recolhido.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **151301.0001/07-6**, lavrado contra **ROBERTO ALMEIDA DOS SANTOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 44,19**, acrescido da multa de 60%, prevista no inciso VII, alínea “a” e “b” do art. 42 da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais, além das multas por descumprimento de obrigação acessória no total de **R\$ 542,10**, previstas nos incisos IX e XI do art.

42 da Lei 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes, conforme estabelecido pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de julho de 2007.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – JULGADOR